

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.584 - MG  
(2019/0234283-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : JORGE ANTÔNIO DE SÁ  
**ADVOGADOS** : LUIZ CHIMICATTI - MG129363  
AMANDA AGUIAR MADUREIRA BERTOLINI - MG154600  
GUSTAVO BERTOLINI SIMOES LEITE - MG156123  
**RECORRIDO** : CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO RIO ABAIXO  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**INTERES.** : SOLANGE OLIVEIRA ANDRADE  
**ADVOGADOS** : HENRIQUE GUILHERME P. BRETAS DE CAMPOS -  
MG115330  
FILIPE DUARTE MORAIS - MG124651

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por JORGE ANTÔNIO DE SÁ, com fundamento no art. 105, II, *b*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Narram os autos que a parte ora recorrente impetrou o subjacente mandado de segurança contra suposto ato ilegal da Presidente da Comissão Processante instalada no âmbito da Câmara Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, consubstanciado no Decreto Legislativo 002/2018, que cassou seu mandato de Prefeito Municipal.

O Tribunal de origem denegou a segurança nos termos do acórdão assim ementado (fl. 1.232):

*ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO POLÍTICO - ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA - OBSERVÂNCIA - ILEGALIDADE - NÃO CONSTATAÇÃO - ORDEM DENEGADA.*

*A ação mandamental, de índole constitucional, é cabível para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções por ela exercida.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Para a cassação do mandato de Prefeito é indispensável garantir-se ao denunciado a mais ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, de acordo com o art. 52, LV da CF e com observância do formalismo do Decreto-Lei 201/67.*

*Não se verifica qualquer ilegalidade suscitada no presente remédio heróico, não sendo demonstrado o direito líquido e certo do impetrante, se mostrando indevida qualquer interferência do Poder Judiciário no processo político-administrativo.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 1.600/1.610).

Sustenta a parte recorrente que, ao contrário do que restou decidido pelo Tribunal de origem, o ato apontado como coator importou em afronta ao art. 5º, LV, da Constituição Federal c/c os arts. 5º, V, do Decreto-Lei 201/1967 e 465, § 1º, do CPC/2015. Isso porque (fl. 1.618):

*1.3. [...] conforme restou devidamente demonstrado nos autos do mandado de segurança, o processo que levou à cassação do impetrante foi concluído, tendo como base as perícias de engenharia e contabilidade realizadas, mesmos suspensas por decisão judicial, o que restou demonstrado no bojo dos autos, posto que, a perícia de engenharia foi realizada mesmo após a intimação da Presidente da Comissão de que as perícias haviam sido suspensas.*

*[...]*

E prossegue (fls. 1.621/1.624):

*1.15 - Em 08/05/2018 o impetrante peticiona ao E. Desembargador Belisário de Lacerda requerendo a suspensão ou anulação, caso realizadas, das perícias designadas para os dias 08, 09 e 10 de maio de 2018, para que se determine à Comissão Processante, por sua Presidente, o refazimento dos atos impugnados (descumprimento do prazo estabelecido no art. 465, § 12, do CPC e da decisão proferida pelo Desembargador Kildare Gonçalves de Carvalho datada de 26/04/2017 e contida no documento 13 anexo) e apuração de crime de desobediência, bem como fixação de multa. (documento 18)*

*1.16 - Em 08/05/2018 o E. Desembargador Belisário de Lacerda defere o pedido formulado pelo impetrante e suspende a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*realização das perícias designadas para os dias 08, 09 e 10 de maio de 2018 até que se cumpra o determinado na liminar e reconhece que, até 08/05/2018 não havia sido cumprido o que a liminar deferida pelo Desembargador Kildare Carvalho havia determinado, nos seguintes termos:*

*[...]*

*1.17 - Em 10/05/2018, através de email, enviado às 11h05 a Comissão Processante foi notificada da decisão proferida pelo E. Desembargador Belisário de Lacerda onde consta do email, textualmente a suspensão das perícias designadas para os dias 08, 09 e 10 de maio de 2018 até que se cumpra o determinado na liminar (cumprimento do que determina o art. 465, 1º, do CPC). (documento 20)*

*1.18 - Ocorre que, a intimação da decisão que suspendeu a realização das perícias foi enviada para a Comissão Processante, na pessoa de sua Presidente, no dia 10/05/2018 às 11h05, suspendendo a realização das perícias designadas para os dias 08, 09 e 10/05/2018, porém, conforme se observa dos documentos anexos, todas as perícias foram realizadas e juntadas aos autos do processo administrativo, inclusive a perícia designada para o dia 10/05/2018, sendo certo que, com a suspensão da realização das perícias, nenhum ato poderia ser praticado até que liminar fosse cumprida e muito menos utilizado no processo administrativo, uma vez que havia decisão judicial datada de 08/05/2018 suspendendo a realização de tais perícias, e que foi disponibilizada no JPe no dia 10/05/2018, portanto, era de público e pleno conhecimento da Comissão Processante.*

*1.19 - Em 10/05/2018, como se não bastasse e, em clara comprovação da ciência da decisão judicial, às 16h55 a Comissão Processante, através do Advogado contratado para tal fim, mesmo tendo sido intimada da suspensão da realização das perícias designadas para os dias 08, 09 e 10/05/2018, até que se cumprisse o determinado na liminar e que, até o dia 08/05/2018 não havia sido cumprida, peticiona nos autos do mandado de segurança, requerendo retratação da decisão do E. Desembargador Belisário de Lacerda, afirmando que as perícias já haviam sido realizadas e que fossem consideradas legais pelo i. julgador, confessando, desse modo, que a ordem judicial foi literalmente descumprida. Cumpre destacar que, no pedido contido na petição apresentada pela Comissão Processante, o próprio advogado afirma que as perícias foram realizadas de forma ilegal, omitindo a que também estava sendo realizada no dia 10/05/2018 (perícia de engenharia), tanto que pede retratação do d. julgador para que as mesmas sejam*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*consideradas legais. (documento 21)*

*1.20 - Cumpre destacar que, além do descumprimento da liminar proferida pelo 1. Desembargador Kildare Carvalho em 26/04/2018 e da decisão do 1. Desembargador Belisário de Lacerda proferida em 08/05/2018, no dia 09/05/2018, foram finalizadas a auditoria e a perícia contábil, através da empresa Leandro Lima Assessoria Pública, sem qualquer observância à norma do art. 465, do CPC, e em completa afronta às decisões judiciais. (documento 22)*

*1.21 - Nos dias 09 e 10 de maio de 2018, tiveram início a perícia de engenharia realizada pelo Instituto Mineiro de Perícias, conforme laudo juntado aos autos, posto que, conforme se vê no corpo do laudo, a perícia iniciou-se em 09 e 10 de maio, in loco e se encerrou em 14/05/2018, ou seja, mesmo a Presidente da Comissão Processante tendo sido notificada das decisões judiciais que suspenderam a realização das perícias, até que se cumprisse o que determina a norma do art. 465, do CPC, as mesmas foram realizadas. (documento 23)*

*[...]*

*1.23 - Ademais, os assistentes técnicos não se fizeram presentes nos dias 08, 09 e 10/05/2018 porque o impetrante confiou que a Comissão Processante, respeitaria a decisão judicial e que a mesma seria plenamente cumprida, ou seja, não se realizariam as perícias nos dias 08, 09 e 10/05/2018, porém, em claro atentado à dignidade da Justiça, a Comissão Processante realizou as perícias e as utilizou como elemento de prova para a cassação do impetrante.*

Alega, outrossim, que (fl. 1.624):

*1.24 - [...] o r. acórdão é omissivo, quando considera que, a Comissão Processante possibilitou ao impetrante a identificação dos peritos nomeados (doc. de ordem 65) e está dando regular processamento à impugnação por ele apresentada a tais nomeações, acarretando a perda do objeto da presente ação com a superveniente ausência de interesse processual, posto que, o processo administrativo de cassação do impetrante foi integralmente concluído, tendo como base as perícias de contabilidade e de engenharia que estavam suspensas por decisão judicial quando de sua realização, motivo pelo qual são cabíveis os presentes embargos de declaração.*

Por fim, requer o provimento do recurso ordinário (fl. 1.629):

# *Superior Tribunal de Justiça*

*[...] para conceder a segurança pretendida e restaurar a liminar deferida, devolvendo o recorrente à condição de Prefeito Municipal de Santo Antônio de Rio Abaixo/MG, cargo para o qual foi eleito, tendo em vista que todo o processo administrativo de cassação se deu ao arrepio da lei e em franco descumprimento de decisão judicial.*

Sem contrarrazões (fl. 1.633).

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República ANTÔNIO FONSECA, opinou pelo não provimento do recurso ordinário (fls. 1.651/1.657).

## **É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se, de início, que não há se falar em negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos.

No mais, melhor sorte não socorre a parte recorrente.

Como se extrai dos autos, o cerne da impetração reside no fato de que a intimação do impetrante, ora recorrente, para acompanhar as perícias realizadas no âmbito do processo de cassação contra ele instaurado não teria respeitado o prazo de 15 (quinze) dias previsto no art. 465, § 1º, do CPC/2015.

O Tribunal de origem denegou a segurança a partir de fundamento de que o prazo contido no art. 465, § 1º, do CPC/2015 não se aplicaria nos processos de cassação de Prefeito Municipal, ante a celeridade deste. Confira-se (fls. 1.234/1.235):

*O processo de cassação de Prefeito Municipal deve ser encerrado em até 90 (noventa) dias, contados da data da notificação do acusado, cujo prazo, por ser decadencial, não pode ser suspenso ou prorrogado.*

*Portanto, em que pese a obrigatoriedade de observância dos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa, **não deve ser aplicado ao processo político-administrativo o rigorismo exacerbado inerente ao processo judicial, tendo em vista a natureza do processo, bem como o lapso temporal.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sucedee que a parte ora recorrente não impugnou especificamente tal fundamento, limitando-se a insistir na tese segundo a qual o desrespeito ao prazo previsto no art. 465, § 1º, do CPC/2015 importaria em nulidade de sua cassação.

Assim, incide na espécie a Súmula 283/STF, por analogia.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DAS VAGAS. PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO AINDA NÃO EXPIRADO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.*

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

***II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n.***

***283 do Supremo Tribunal Federal.***

*III - Enquanto não expirado o prazo de validade do concurso público, o candidato aprovado, ainda que dentro do número de vagas, possui mera expectativa de direito à nomeação, dependente do juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública. Precedentes.*

*IV - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade*

# Superior Tribunal de Justiça

*ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.*

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no RMS 59.450/RN, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/08/2019)

Acrescente-se, de toda sorte, que a Corte de origem adotou um segundo fundamento para denegar a segurança.

Com efeito, a despeito do juízo no sentido da inaplicabilidade do art. 465, § 1º, do CPC/2015 aos processos políticos de cassação de mandato de prefeitos municipais, o próprio Tribunal *a quo* reconheceu que "*foi deferida liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 1.0000.18.037668-3/000 para obstar a realização das perícias designadas para os dias 08, 09 e 10 de maio*" (fl. 1.238).

Nada obstante, entendeu a Turma Julgadora que tal fato, por si só, não asseguraria a pretensão formulada pela parte impetrante, ora recorrente, uma vez que referida decisão liminar restou cassada, com efeitos *ex tunc*. Senão vejamos (fls. 1.238/1.239):

*Ressalte-se que uma vez que a provisoriedade constitui característica intrínseca das medidas antecipatórias de tutela/liminar, que, além de correrem por conta e risco de quem as requer, podem ser revogadas a qualquer tempo, com automático efeito retroativo ("ex tunc").*

*Nesse sentido, já decidiu este Sodalício:*

[...]

*Assim sendo, a decisão que reconsiderou a decisão e indeferiu a liminar possui efeitos "ex tunc", significado que seus efeitos são retroativos à época da origem dos fatos a ele relacionados.*

*Desse modo, seja por ter sido a presidente da comissão processante intimada da decisão liminar após a realização das perícias, seja pelo efeito "ex tunc" da decisão que a revogou, não há ilegalidade ou afronta a este eg. Sodalício quando da realização das perícias realizadas nos dias 08,09 e 10 de maio de 2018 e sua posterior utilização na leitura do relatório final.*

Ocorre que também em relação a esse fundamento a parte ora recorrente se limitou a tecer considerações genéricas que, por si só, não são capazes de infirmar adequadamente o acórdão recorrido, razão pela qual uma vez mais incide na espécie o óbice

# *Superior Tribunal de Justiça*

da citada Súmula 283/STF.

**ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente** do recurso ordinário e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

